

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
-------------------	---

PARTE I

TEORIA GERAL DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. PROCEDIMENTO COMUM: A ORIGEM DO “PROBLEMA”.....	19
2. A RESISTÊNCIA AOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	24
3. DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO COMO COROLÁRIO DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFE- TIVA	27
4. PROCEDIMENTO ADEQUADO.....	30
4.1 As diversas necessidades de tutela do direito material.....	30
4.2 A tutela dos menos favorecidos economicamente	32
4.3 A tutela dos direitos transindividuais	34
4.4 A outros valores	36
5. AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	37
6. DO EQUÍVOCO DO PROCEDIMENTO ÚNICO À UTOPIA DAS “TU- TELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS”.....	38
7. AS REGRAS PROCESSUAIS ABERTAS E O PODER DE CONSTRU- ÇÃO DO PROCEDIMENTO ADEQUADO AO CASO CONCRETO...	40

PARTE II

OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

1. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	45
1.1 O direito à consignação	45

1.2	As hipóteses legais para a consignação	48
1.3	A tutela jurisdicional da consignação	49
1.3.1	Legitimidade para a consignatória.....	50
1.3.2	Competência para as ações de consignação em pagamento	50
1.3.3	Procedimento da consignatória	51
1.3.3.1	A fase extrajudicial.....	52
1.3.3.2	O procedimento judicial de consignação no regime do Código de Processo Civil.....	54
1.3.3.2.1	A fase inicial	54
1.3.3.2.2	A consignação das prestações vincendas.....	55
1.3.3.2.3	A resposta do réu	56
1.3.3.2.4	A complementação do depósito no caso de consignação insuficiente.....	57
1.3.3.2.5	A dúvida sobre quem possa legitimamente receber a prestação.....	59
1.3.3.2.6	A sentença da ação de consignação em pagamento	60
1.3.3.3	A consignação em pagamento na lei de locações.....	60
1.3.3.3.1	A fase inicial	60
1.3.3.3.2	A resposta do réu	61
1.3.3.3.3	A complementação do depósito inicial.....	62
1.3.3.3.4	A sentença da ação consignatória de locações...	64
2.	AÇÃO DE DEPÓSITO	65
2.1	Considerações prévias.....	65
2.2	A ação de depósito.....	66
2.2.1	Legitimidade.....	69
2.2.2	Procedimento.....	69
2.2.2.1	A petição inicial	69
2.2.2.2	As atitudes do réu	71
2.2.2.3	Sentença	72
2.3	Prisão do depositário infiel.....	73
3.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	81
3.1	A prestação de contas.....	81
3.2	A ação de prestação de contas	81
3.3	A prestação de contas ativa	83
3.4	A prestação de contas passiva.....	86
4.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	88



4.1	Considerações introdutórias	88
4.2	As ações possessórias clássicas, a ação de imissão de posse e a ação reivindicatória	89
4.3	A fungibilidade da proteção possessória.....	90
4.4	Cumulação de pedidos em tutela possessória	91
4.5	Duplicidade da demanda possessória e cumulabilidade de demandas na defesa	92
4.6	Reserva de cognição no processo possessório	93
4.7	Ação de <i>força velha</i> e ação de <i>força nova</i>	95
4.8	Proteção possessória provisória e caução	97
4.9	As ações de manutenção e de reintegração de posse.....	97
4.9.1	Legitimidade para a ação de manutenção e reintegração de posse	98
4.9.2	O interesse jurídico na proteção possessória.....	100
4.9.3	A <i>causa petendi</i> das ações possessórias.....	103
4.9.4	Procedimento das ações de manutenção e reintegração de posse ...	105
4.10	O interdito proibitório.....	109
4.10.1	Procedimento do interdito proibitório.....	109
5.	NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA.....	111
5.1	Observações iniciais	111
5.2	Legitimidade ativa e passiva	112
5.3	Embargo extrajudicial	113
5.4	Competência.....	114
5.5	Cumulação de demandas.....	114
5.6	Procedimento.....	116
6.	AÇÃO DE USUCAPIÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	118
6.1	O direito à usucapião	118
6.2	Requisitos para a usucapião	119
6.3	A ação de usucapião de bens imóveis.....	121
6.3.1	Legitimidade.....	121
6.3.2	Competência.....	122
6.3.3	Procedimento da usucapião	123
6.3.4	A sentença.....	124
7.	INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E PARTILHA	125
7.1	Considerações introdutórias	125
7.2	Inventário negativo.....	126
7.3	O inventário	127



7.3.1	Competência para o inventário.....	128
7.3.2	Legitimação para o inventário	129
7.3.3	O inventariante e o administrador provisório.....	129
7.3.4	Cumulação de ações no inventário.....	132
7.3.5	Procedimento do inventário	133
7.3.5.1	As primeiras declarações.....	133
7.3.5.2	As citações e manifestações sobre as primeiras declarações.....	134
7.3.5.3	O herdeiro preterido	135
7.3.5.4	As colações	136
7.3.5.5	Sonegação	137
7.3.5.6	Repercussões fiscais e avaliação do espólio	137
7.3.5.7	O pagamento de dívidas.....	139
7.4	Partilha.....	141
7.4.1	Procedimento da partilha judicial	141
7.4.2	Desfazimento da partilha	143
7.5	Arrolamento.....	144
7.5.1	O arrolamento sumário	144
7.5.2	O arrolamento comum	145
7.6	Medidas assecuratórias em inventário e arrolamento	146
7.7	Sobrepartilha.....	147
7.8	Inventário extrajudicial.....	147
8.	EMBARGOS DE TERCEIRO	148
8.1	Observações introdutórias.....	148
8.2	Natureza dos embargos de terceiro.....	149
8.3	Cabimento e conteúdo	149
8.4	Legitimidade.....	150
8.5	Prazo	152
8.6	Competência	153
8.7	Procedimento	154
8.8	Os embargos de terceiro fundados em garantia real.....	156
9.	AÇÃO MONITÓRIA	157
9.1	Considerações preliminares	157
9.2	Cabimento	158
9.3	Legitimidade para a ação monitória.....	158
9.4	O requisito da prova escrita da obrigação	159
9.5	Prova escrita para a admissibilidade da ação monitória e prova suficiente para a improcedência dos embargos	161



9.6	Competência para a ação monitória.....	162
9.7	Procedimento da ação monitória	162
9.7.1	O mandado monitório e a citação do réu.....	163
9.7.2	As atitudes do réu	163
9.7.3	O cumprimento espontâneo da prestação	164
9.7.4	Os embargos à ação monitória	164
9.7.5	Outras respostas do réu na ação monitória	165
9.7.6	Antecipação de tutela na ação monitória.....	166
9.7.7	Execução imediata no caso de improcedência dos embargos ao mandado	168
9.7.8	Seqüência do procedimento no caso de não apresentação dos embargos à monitória.....	169
9.7.9	Fase executiva e nova defesa do requerido	169

PARTE III

OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE LEIS EXTRAVAGANTES

1.	AÇÃO DE DESPEJO.....	173
1.1	Observações introdutórias.....	173
1.2	A ação de despejo	175
1.2.1	Competência.....	175
1.2.2	Legitimidade.....	175
1.2.3	Procedimento.....	176
1.2.3.1	A liminar em ação de despejo	177
1.2.3.2	A resposta do réu em ação de despejo	178
1.2.3.3	O despejo por falta de pagamento de aluguéis	179
1.2.4	Sentença, efetivação e recursos	181
2.	AÇÃO DISCRIMINATÓRIA	183
2.1	Introdução.....	183
2.2	Terras devolutas.....	184
2.3	Discriminação das terras devolutas	186
2.3.1	A discriminação na via administrativa	186
2.3.2	A ação discriminatória.....	189

PARTE IV

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1.	TEORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.....	197
----	-------------------------------------------------	-----



1.1	Filosofia dos Juizados Especiais Cíveis	197
1.2	Princípios fundamentais	199
1.2.1	Oralidade	199
1.2.2	Simplicidade	200
1.2.3	Informalidade	201
1.2.4	Economia processual.....	202
1.2.5	Celeridade.....	202
2.	JUIZADOS ESPECIAISCÍVEIS ESTADUAIS	204
2.1	Introdução.....	204
2.2	Competência	204
2.3	Da conciliação e da arbitragem	208
2.4	Capacidade para atuar no Juizado Estadual.....	209
2.4.1	A capacidade genérica	209
2.4.2	A capacidade para ser autor	209
2.4.3	Capacidade postulatória	210
2.5	Procedimento diferenciado.....	211
2.6	Recursos e meios de impugnação	215
3.	JUIZADOS ESPECIAISCÍVEIS FEDERAIS.....	218
3.1	Generalidades e noções fundamentais	218
3.2	Capacidade processual para os Juizados Federais.....	219
3.3	Competência	221
3.4	O procedimento	224
3.5	Arbitragem e Juizado Especial Federal	224
3.6	Os recursos nos Juizados Especiais Federais	225
3.7	A atuação dos provimentos emanados dos Juizados Especiais Federais ..	228

PARTE V

AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1.	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO	233
1.1	Rápida evolução do instituto nas Constituições brasileiras.....	233
1.2	O direito à tutela jurisdicional adequada e o mandado de segurança	235
1.3	Perfil constitucional do mandado de segurança	236
1.4	A Lei 1.533/1951 e a estrutura infraconstitucional do mandado de segurança.....	237



1.4.1	Mandado de segurança preventivo e repressivo	238
1.4.2	Prazo para a impetração.....	239
1.4.3	Legitimação	241
1.4.4	Competência.....	244
1.4.5	Interesse processual.....	245
1.4.6	Mandado de segurança contra ato judicial	246
1.4.7	Procedimento.....	248
1.4.7.1	A medida liminar.....	249
1.4.7.2	As informações da autoridade coatora.....	251
1.4.7.3	A seqüência do procedimento	252
1.4.8	Sentença.....	253
1.4.9	Recursos.....	257
1.4.10	Coisa julgada.....	259
1.5	O mandado de segurança coletivo e seu desenho constitucional	260
1.5.1	A disciplina infraconstitucional do mandado de segurança coletivo.....	262
2.	HABEAS DATA	263
2.1	Questões preliminares	263
2.2	Pedido administrativo de informações e retificações	265
2.3	Competência para o <i>habeas data</i>	266
2.4	Procedimento	267
2.5	O pedido de suspensão da decisão em <i>habeas data</i>	270
3.	AÇÃO POPULAR	271
3.1	As ações coletivas como garantia constitucional.....	271
3.2	Conformação e limitação do direito à tutela coletiva	274
3.3	O desenho constitucional da ação popular	275
3.3.1	Extensão da proteção no nível constitucional.....	275
3.3.2	Legitimidade.....	278
3.4	O tratamento infraconstitucional da ação popular.....	279
3.4.1	Competência.....	281
3.4.2	Legitimidade passiva e assistência	282
3.4.3	Procedimento.....	283
3.4.4	A sentença.....	285
3.4.5	Os recursos.....	286
3.4.6	A coisa julgada	287
3.4.7	A execução da sentença em ação popular	288



PARTE VI
AÇÃO COLETIVA

1. FILOSOFIA DA AÇÃO COLETIVA.....	293
2. SISTEMA LEGAL PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	296
3. LEGITIMIDADE PARA REQUERER A PROTEÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	301
4. DA AÇÃO PARA A TUTELA DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	305
5. TUTELAS E SENTENÇAS PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS.....	308
6. EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	310
7. AÇÃO PARA A TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	312
7.1 Procedimento da ação ressarcitória de danos a direitos individuais homogêneos	320
7.2 Sentença de condenação genérica	321
7.3 Liquidação	322
7.4 Execução	323
8. A COISA JULGADA MATERIAL E AS AÇÕES COLETIVAS.....	325
9. LITISPENDÊNCIA.....	333
10. CONEXÃO	336
11. DA AÇÃO COLETIVA INIBITÓRIA CONTRA O USO DE CLÁUSULAS GERAIS ABUSIVAS	338

PARTE VII
O PROCEDIMENTO ARBITRAL

1. A FILOSOFIA DA ARBITRAGEM.....	343
2. O CARÁTER NÃO JURISDICIONAL DA ARBITRAGEM.....	344

3. SUJEITOS E OBJETO DA ARBITRAGEM.....	348
4. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	350
5. O ÁRBITRO	354
6. O PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM	356
7. A SENTENÇA ARBITRAL	361
8. NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	364
9. EFETIVAÇÃO DA DECISÃO ARBITRAL.....	366
10. SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	369
BIBLIOGRAFIA	373
OBRAS DOS AUTORES	379